



ACÓRDÃO Nº 955/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11176/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Uarini.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Silvano Oliveira da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Uarini, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 122/2014 (fls. 164/185)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2523/2014-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.186/189).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Uarini. Exercício 2013.

Contas Regulares com ressalvas. Multas. Notificação ao responsável. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- À unanimidade:

9.1.1 - Julgar Regular com Ressalvas a prestação de contas da Câmara Municipal de Uarini, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Silvano Oliveira da Costa, Presidente da Câmara à época, conforme dispõe o art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE.

9.1.2- Aplicar multa, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), pelas demais impropriedades não sanadas, nos termos do parágrafo único do artigo 53, da Lei Orgânica desta Corte de Contas;

9.1.3- Notificar o responsável, com cópia do Acórdão, relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira;

9.1.4- Recomendar à origem que adote as providências necessárias para que não haja reincidência das impropriedades.

9.2- Por maioria, aplicar multa no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), por cada mês de atraso (fevereiro, março abril maio, setembro, outubro novembro e dezembro) no encaminhamento de dados por meio magnético fora do prazo estabelecido no artigo 4º da Resolução nº10/2012-TCE, no valor total de **R\$ 8.768,24** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais, e vinte e quatro centavos).

Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 955/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 844F7535-6852B93E-6C388767-8A97FC9F